

# Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes enfrenta rebelião de auxiliares contra reforma de imposto..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SERVIDOR PÚBLICO

Proposta só serve para 'engordar' caixa do governo, dizem partidos..... 5

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes promete rever aumento de impostos..... 6

O POPULAR - GO - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Estabilidade evita a corrupção (2)..... 7

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

STJ anula dívida de aposentados..... 8

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: veja como se prevenir de golpes..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SERVIDOR PÚBLICO

IPCA sobe 0,53% em junho e atinge 8,35% em 12 meses..... 10

O POPULAR - GO - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Não à reforma de Paulo Guedes (2)..... 13

A GAZETA - MT - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária de 1988 (2)..... 14

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Receita de ICMS aumenta 14,3% no País..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mudança no IR pode elevar em 135% tributo de empresas, diz estudo..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ouvindo o paciente (2)..... 18

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Discussão sobre imposto global mistura esperança e ceticismo (3)..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Tensão política e delta levam dólar a R\$ 5,31, e BC intervém..... 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Novo Bolsa Família terá R\$ 53 bi em 2022,51% a mais que a versão atual..... 21

---

Sexta-Feira, 9 de Julho de 2021

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA  
ECONOMIA

Efeitos da pandemia são irreversíveis ..... 22

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Depois de grandes expectativas vem a frustração na reforma tributária (3) ..... 23

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO  
ECONOMIA

A desmontagem do estado ou o estado mínimo - COLUNA DO EMBAIXADOR ..... 24

# Guedes enfrenta rebelião de auxiliares contra reforma de imposto

**Bernardo Caram** *brasil*

Além da resistência de empresários e congressistas contra a reforma do IR (Imposto de Renda) proposta pelo governo, o ministro Paulo Guedes (Economia) está lidando com uma espécie de rebelião dentro da própria pasta.

Após o envio do texto ao Congresso, o clima de insatisfação se espalhou entre secretarias e o entorno do ministro. Membros da pasta afirmam que a reforma foi capturada pela **Receita Federal**, que não deu margem para participação e sugestões de outras áreas do ministério.

A avaliação desse grupo é que a reforma aumenta a tributação, é injusta com as empresas e amplia a burocracia do sistema.

Guedes sabe das insatisfações e ouviu reclamações diretamente de auxiliares. O ministro, que já reconheceu ter calibrado mal alíquotas da reforma, tenta reduzir as resistências internas e ainda segue atuando em defesa do texto.

De acordo com uma pessoa próxima a Guedes, o agendamento de conversas do ministro em São Paulo com grandes empresários é uma tentativa de convencê-lo a dar um passo atrás e ganhar tempo para reavaliar a medida com cautela.

Nesta quinta (8), o ministro se reuniu com representantes de incorporadoras imobiliárias e almoçou com nomes de peso do setor produtivo.

Na quarta-feira (7), um grupo de 120 entidades empresariais já havia enviado uma carta ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com uma lista de críticas à reforma. As reclamações encontram eco dentro do ministério.

Sob condição de anonimato, uma fonte da pasta que participa das discussões sobre a **reforma tributária** diz que a proposta enviada ao Congresso não é do ministério como um todo, mas só da Receita, que comandou todo o processo.

Normalmente, quando uma medida é elaborada, o texto circula por diversas áreas relacionadas ao tema em discussão, como as secretarias que lidam com

comércio exterior, com o setor produtivo e desburocratização. Nesse caso, Guedes optou por restringir as discussões à Receita e a outros poucos atores, afirmam.

O próprio ministro disse em videoconferência na semana passada que restringiu o debate e não abriu consultas a especialistas porque havia risco de vazamento de informações privilegiadas.

Em mais de um relato, as queixas são que o fisco tem interesses que não coincidem com a visão da equipe de Guedes, como a busca por ganhos de arrecadação. Para interlocutores, o órgão fiscalizador também se beneficiaria de eventual aumento da burocracia estatal, o que demanda uma estrutura maior de auditores.

Técnicos dizem que o problema se intensificou após a escolha do relator da proposta na Câmara, Celso Sabino (PSDB-PA), que é auditor fiscal e estaria alinhado ao fisco.

Procurada, a **Receita Federal** informou que não se pronunciaria. O relator, por sua vez, disse que as alegações não são verdadeiras e que os críticos verão o resultado quando o parecer for entregue.

A principal reclamação dos auxiliares é sobre os níveis elevados das alíquotas que incidirão sobre as empresas.

O texto reinstalou no país a taxa sobre a distribuição de dividendos, com alíquota de 20%, e extinguiu o JCP Ouros sobre Capital Próprio, outro mecanismo de repasse de recursos a acionistas e que permite uma dedução de imposto pelas empresas.

Ao mesmo tempo, a medida propõe um corte de cinco pontos percentuais do IR da pessoa jurídica, sendo 2,5 pontos no primeiro ano e outros 2,5 no segundo.

A redução foi considerada tímida. Críticos argumentam que a análise agregada do projeto indica um aumento de tributação sobre as companhias.

Guedes tem afirmado que não tem compromisso com o erro e que o corte proposto foi realmente pequeno. Por isso, negocia uma redução maior das alíquotas com o Congresso, mas atrelou essa medida a um

cutre amplo de incentivos tributários de um pequeno grupo de empresas.

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49583>

Membros do ministério também criticam a proposta de limitar o aso da tributação por lucro presumido, um mecanismo simplificado de apuração de imposto. Para eles, a medida dificulta a contabilidade das empresas e amplia o poder da Receita.

Segundo outra fonte, o IR não é o principal alvo de reclamações, mas sim a burocracia. Por isso, na visão desse auxiliar, o ministério estaria fazendo de afogadilho uma reforma que não é prioritária para o setor privado e deixando de fazer o que é de fato importante, a simplificação do sistema de cobrança.

Um membro da pasta afirma que é muito difícil aprovar uma reforma estruturante no terceiro ano de mandato presidencial e que, por isso, o ideal seria criar uma comissão de alto nível para debater o tema e formular uma proposta a ser analisada pelo Congresso apenas no próximo governo.

Quando lhe foi perguntado sobre o resultado da proposta, o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa, que faz contato direto entre a pasta e empresários, não apresentou sua posição pessoal. Ele disse, no entanto, que tem levado a Guedes as preocupações relacionadas à medida.

Manifesto de partidos da terceira via ataca proposta do ministro

Presidentes de nove partidos que buscam construir uma terceira via para as eleições de 2022 lançaram nesta quinta-feira (8) um manifesto contra o projeto do governo que muda o Imposto de Renda para pessoas físicas e empresas e que tributa dividendos.

O documento é assinado por Luciano Bivar (PSL), Baleia Rossi(MDB), Bruno Araújo (PSDB), ACM Neto (DEM), Paulinho da Força (Solidariedade), Renata Abreu (Podemos), Eduardo Ribeiro (Novo), Roberto Freire (Cidadania) e José Luís Penna (PV). Juntos, os partidos têm 190 deputados.

No texto, os dirigentes afirmam que os "setores produtivos e a classe trabalhadora do Brasil não suportam uma proposta que aumenta a carga tributária, penaliza os investimentos e atrapalha a geração de empregos e renda".

Eles dizem ser preciso "denunciar com vigor" que o único objetivo do atual governo na sua "antirreforma" é "engordar os cofres públicos". Danielle Brant

**Site:**

# Proposta só serve para 'engordar' caixa do governo, dizem partidos

Os dirigentes de nove partidos (PSL, MDB, Solidariedade, Cidadania, DEM, Novo, Podemos, PSDB e PV) divulgaram nota ontem se posicionando contra a proposta de reforma do Imposto de Renda entregue pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, ao Congresso no mês passado. Segundo as legendas, as medidas incluídas no pacote vão representar um aumento de imposto para famílias e empresas.

"Decidimos vir a público nos manifestar contra o projeto do governo sobre a reforma do Imposto de Renda. Os setores produtivos e a classe trabalhadora do Brasil não suportam uma proposta que aumenta a carga tributária, penaliza os investimentos e atrapalha a geração de empregos e renda. É preciso denunciar com vigor que o único objetivo do atual governo na sua 'antirreforma' é engordar os cofres públicos", escrevem os presidentes dos partidos.

Na quarta-feira, mais de 120 associações empresariais já tinham se manifestado contrárias ao texto que mexe na tributação do IR para empresas, pessoas físicas e investimentos. Os empresários pediram que o Congresso vote primeiro a reforma administrativa, que propõe reformular o RH do Estado, com novas regras para contratar, promover e demitir os **servidores públicos**.

Na carta, os presidentes dos partidos dizem ainda reconhecer distorções no Imposto de Renda e a necessidade de reorganização, mas condenam uma mexida "a toque de caixa" sob pressão do Executivo. "Colocam em risco a sobrevivência de pequenas e médias empresas e provocam instabilidade nas de maior porte. A única certeza é que tudo isso vai resultar no desempenho negativo da economia de modo generalizado.

Os mais prejudicados serão os 14,7 milhões de brasileiros que procuram por trabalho e, obviamente, as famílias de menor renda", dizem os partidos.

Guedes vem dizendo que vai trabalhar na proposta e o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progresistas-AL), que antes queria votar a proposta antes do recesso parlamentar que terá início ainda neste mês, agora diz que não pautará o texto enquanto não estiver "maduro".

Já o relator da reforma, deputado Celso Sabino

(PSDB-PA), não vê o manifesto com preocupação.

"Estamos do mesmo lado.

Porque não vamos deixar aumentar (a carga tributária) no relatório. Estamos trabalhando para, inclusive, baixar", disse ele.

Um dos signatários da carta é o presidente do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que, até a presidência de Rodrigo Maia (DEM/RJ) na Câmara, era considerada uma das principais propostas de **reforma tributária**. Com a eleição da nova direção do Congresso, no entanto, o grupo criado para convergir as propostas de **reforma tributária** foi desfeito e optou-se por fatiar a proposta.

A reformulação do IR é a segunda fase da reforma já entregue pelo governo ao Congresso.

Antes, a equipe econômica mandou proposta para criar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com a fusão dos atuais PIS e Cofins.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Guedes promete rever aumento de impostos

## SÃO PAULO E BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Duas semanas após causar uma grande irritação entre empresários com uma proposta de **reforma tributária** que provoca elevação da carga total deles, o ministro da Economia, Paulo Guedes, garantiu a representantes do setor privado que a meta da reforma é de neutralidade - isto é, não cobrar mais **impostos** do que já faz hoje. O ministro reconheceu que a proposta de **reforma tributária** tem um erro na dosagem e prometeu corrigi-la.

Guedes se reuniu na tarde de ontem com um grupo de empresários e representantes de entidades do setor da construção para discutir o projeto de lei 2.337/21, apresentado pelo governo no fim de junho. O encontro aconteceu num prédio comercial na esquina da Avenida Paulista com a Rua Augusta.

A reunião girou em torno das preocupações relacionadas ao aumento da carga tributária em razão das propostas do texto apresentado. Na leitura do setor imobiliário, se o projeto for aprovado pode inviabilizar loteamentos e tirar atratividade para o investimento em imóveis e fundos imobiliários.

De acordo com relatos dos presentes, Guedes defendeu que há uma "brecha" neste momento para aprovar a **reforma tributária**, com ajuda do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL). O ministro voltou a defender no discurso de que a proposta foi baseada na neutralidade tributária, ou seja, no total, não vai ter aumento da carga tributária.

"A conversa foi surpreendentemente positiva. O ministro disse que o objetivo é de neutralidade, com mecanismos de compensação", disse o presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França. "Ficou muito claro que tem preocupação do governo em não desorganizar os vários setores da economia, inclusive o de incorporação", completou.

## PRESENTES

No encontro organizado pelo assessor do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos, participaram o presidente do Sindicato da Habitação do Estado de São Paulo (Secovi-SP), Basílio Jafet, Emilio Kallas (Grupo Kallas), Fabrício Mitre (construtora e incorporadora Mitre), o presidente da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz Antonio França, Antonio Setin (Incorporadora

Setin), o presidente da Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano (Aelo), Caio Portugal, o advogado tributarista Ricardo Lacaz e Rossano Nonino, da Ourinvest.

Segundo apurou a reportagem, outros presentes incluíram José Berenguer (Banco XP), Luiz Carlos Trabuco (Bradesco), André Freitas (Hedge Investments), Alberto Saraiva (Habib's), José Olympio (de saída do Credit Suisse), Jean Jereissati (Ambev), Washington Cinel (Gocil Segurança), Daniel Goldberg (Faralon), Vander Giordano (vice-presidente institucional da Multiplan) e o ex-secretário do Tesouro Mansueto Almeida (BTG). O encontro durou cerca de 1h15.

"Chegamos à reunião muito preocupados e saímos menos", disse o presidente do Secovi-SP, Basílio Jafet. Segundo ele, o setor imobiliário seria muito afetado com a atual proposta da reforma "em todos os seus segmentos". "O ministro nos disse que a reforma precisa ser neutra e que aparentemente a Receita errou na dosimetria e que isso precisa ser corrigido para que o objetivo da reforma seja atingido", afirmou Jafet. Ele frisa que "esse não é o momento de onerar as empresas".

"Ele (Guedes) disse claramente: 'Não compactuamos com erros. Se existiu o erro, estaremos corrigindo'", relatou o presidente da Associação das Empresas de Loteamentos e Desenvolvimento Urbano (Aelo), Caio Portugal, um dos participantes do encontro

## Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/37>

## Estabilidade evita a corrupção (2)

**Fabício Duarte**

Durante a sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, no Senado Federal, no dia 25 de junho, o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) e seu irmão, o servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda, prestaram depoimento sobre suposto esquema de corrupção montado para a compra da vacina indiana Covaxin e que, segundo os irmãos Miranda, é de conhecimento do presidente Jair Bolsonaro.

Segundo Luis Ricardo, houve uma pressão "incomum" durante o processo de adequação de documentos para a compra da vacina indiana, o que fez com que ele suspeitasse da operação. Os irmãos procuraram o presidente Bolsonaro que, segundo o deputado, sabia da possível fraude. Diante do fato, Luis Ricardo, como servidor do Ministério da Saúde, se recusou a participar das tratativas sobre a vacina, em razão das irregularidades presentes no processo de compra.

Tanto essa recusa quanto a denúncia feita à CPI só foram possíveis porque Luis Ricardo é servidor público concursado e tem a garantia da estabilidade. Sua estabilidade assegura que ele não pode ser demitido sem processo administrativo e, caso seja perseguido politicamente, o que já está acontecendo, pode contar com o respaldo da lei a seu favor.

O deputado federal Luis Miranda, ainda durante a sessão da CPI, se declarou contra a Proposta de Emenda Constitucional 32/2020, conhecida como reforma administrativa (PEC 32). Segundo o parlamentar, após as ameaças feitas a Luis Ricardo, a manutenção do seu depoimento só é possível por conta da garantia de estabilidade que seu irmão tem por ser servidor público com carreira estável no Ministério da Saúde.

A reforma administrativa é uma proposta do governo federal que já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal, mesmo sob protestos de **servidores públicos** e de parlamentares, e agora está em tramitação na Comissão Especial que analisa seu mérito.

Entre tantos pontos polêmicos questionados por servidores e parlamentares, a reforma administrativa pretende retirar a estabilidade do servidor, abrindo as portas do serviço público para apadrinhados de políticos.

Sem a garantia de estabilidade do servidor público, talvez Luis Ricardo não pudesse estar ali para denunciar, pois teria sido demitido sem justificativa.

Estabelecida por meio da Constituição Federal, a estabilidade no serviço público tem o objetivo de garantir condições necessárias para que o funcionário público possa desempenhar suas funções sem pressões políticas ou de grupos econômicos, sem ameaça de demissão. Ter um cargo estável é que dá ao servidor o poder de dizer não em casos de assédio ou corrupção dentro do órgão público.

Esse é um dos motivos que coloca o Sindjustiça em posição contrária à reforma administrativa. O texto não é uma ameaça apenas ao serviço público e, sim, uma ameaça a toda sociedade. Os serviços prestados aos cidadãos podem ser profundamente alterados e as mudanças propostas pelo texto da PEC 32 ameaçam a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a **previdência social**, a proteção à maternidade e à infância e os direitos humanos.

Fabício Duarte

Presidente do Sindjustiça

**Site:** <https://www.opopular.com.br/digital/09-julho-2021/1o-caderno>

# STJ anula dívida de aposentados

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) com débitos com a autarquia por conta de benefícios previdenciários ou assistenciais pagos indevidamente terão o nome excluído da Dívida Ativa da União. A decisão de "limpar" o nome dos devedores foi do ministro Humberto Campbell, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que anulou as cobranças até 18 de janeiro de 2019, para processos anteriores a 22 de maio de 2017.

São revisões de aposentadoria, benefícios concedidos sem que a pessoa fizesse jus a ele - como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), por exemplo, que é pago a idosos e deficientes de baixa renda. Os segurados recebem o valor e, se constatado o não direito, é gerada uma dívida da pessoa com a União. Para reaver o dinheiro, a autarquia instaura processo administrativo e o nome da pessoa vai parar na dívida ativa.

- Com a decisão, tudo é zerado, o **INSS** terá que recomeçar do zero - avalia Guilherme Portanova, da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# INSS: veja como se prevenir de golpes

Golpistas estão se aproveitando das revisões que o **INSS** realiza em alguns benefícios para tentar obter dados pessoais dos beneficiários.

As abordagens podem ocorrer por carta, e-mail, telefonema ou mensagem de celular.

Para evitar cair nesse tipo de golpe, é importante ficar atento às seguintes dicas: - mantenha sempre atualizados os seus dados de contato, como telefone, e-mail e endereço. Isso deve ser feito pelo Meu **INSS** ou pelo telefone 135; - caso alguém faça qualquer comunicação pedindo dados ou fotos em nome do **INSS**, não atenda a solicitação, desligue a ligação e bloqueie o contato; - o **INSS** nunca entra em contato direto com a pessoa para solicitar dados, nem pede o envio de fotos de documentos; - o número do SMS usado pelo **INSS** para informar os cidadãos é 280-41. O **INSS** nunca manda links nem pede documentos pelo SMS.

- sempre que o **INSS** convoca o cidadão para apresentar documentos, essa convocação fica registrada no Meu **INSS** e pode ser verificada também pelo telefone 135.

- a pessoa deve utilizar apenas os canais oficiais de atendimento para cumprir qualquer solicitação do **INSS**, seja para agendar um serviço, seja para entregar algum documento: aplicativo/ site Meu **INSS** ou agência da **Previdência Social** (com agendamento); - é bom saber que, quando alguém liga para o telefone 135 ou é atendido pelo chat humanizado da Helô, o atendente pode pedir algumas informações. Esse é um procedimento de segurança para confirmar a identidade de quem telefonou ou acessou o chat; O QUE FAZER Se sofrer uma tentativa de golpes, é possível fazer uma denúncia à Ouvidoria pela internet, em <https://falabr.cgu.gov.br/>, ou também pelo telefone 135.

Caso tenha sofrido um golpe, registre um Boletim de Ocorrência e comunique aos órgãos envolvidos (por exemplo, o próprio **INSS** e o banco em que recebe o benefício, se for o caso).

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/9258/09-07-2021.html>

# IPCA sobe 0,53% em junho e atinge 8,35% em 12 meses

**Leonardo Vieceli rio de janeiro**

Puxado pela energia elétrica, o IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) avançou 0,53% em junho. O resultado ocorreu após alta de 0,83% em maio, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta quinta (8).

O IPCA é o indicador oficial de inflação do país. A variação veio em nível abaixo do esperado pelo mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam alta de 0,59% no sexto mês do ano.

Mesmo com a desaceleração em junho, o IPCA chegou a 8,35% no acumulado de 12 meses. Ou seja, ampliou a distância em relação ao teto da meta de inflação perseguida pelo Banco Central. No acumulado até maio, a variação estava em 8,06%.

Em 2021, o teto da meta de inflação em 12 meses é de 5,25%. O centro é de 3,75%.

O resultado de junho é o maior para o mês desde 2018 (1,26%). À época, o Brasil vivia os reflexos da greve dos caminhoneiros. A variação em 12 meses é a mais robusta desde setembro de 2016 (8,48%).

Dos 9 grupos de produtos e serviços pesquisados, 8 tiveram alta em junho, conforme o IBGE. O maior impacto (0,17 ponto percentual) foi de habitação. O grupo subiu 1,1%, principalmente por causa da energia elétrica (1,95%).

Embora tenha desacelerado em relação ao mês anterior (5,37%), a conta de luz teve o maior peso individual no índice de junho (0,09 ponto percentual). O segundo impacto individual foi da gasolina (0,04 ponto). O combustível avançou 0,69% em junho, após alta de 2,87% em maio.

"A energia continuou subindo muito em razão da bandeira tarifária vermelha patamar 2, que passou a vigorar em junho e acrescenta R\$ 6,243 à conta de luz a cada cem quilowatts-hora consumidos. Em maio, estava em vigor a vermelha patamar 1, cujo acréscimo é menor (R\$ 4,169). Os preços, porém, desaceleraram em junho devido aos diversos reajustes captados em maio nas áreas pesquisadas. Em junho, tivemos apenas o reajuste médio de 8,97%, em Curitiba, no fim

do mês", disse André Filipe Guedes Almeida, analista da pesquisa do IBGE.

Segundo ele, não foi possível observar efeito da demanda aquecida sobre os preços.

"Quando a gente fala de demanda, geralmente olha para inflação de serviços, que ainda está abaixo do índice geral. Não dá para afirmar categoricamente que temos uma inflação de demanda. É óbvio que a retomada da economia e a melhora no contexto da pandemia podem influenciar [nos próximos meses]."

Almeida reforçou que os preços administrados têm provocado recente aumento da inflação. Esse grupo inclui energia e combustíveis.

Em 12 meses até junho, os administrados subiram 12,99%. Enquanto isso, a cesta de serviços avançou 2,24%.

O IPCA ganhou corpo ao longo da pandemia. Em um primeiro momento, houve disparada de preços de alimentos e, em seguida, avanço de combustíveis. Alta do dólar e avanço das commodities ajudam a explicar o comportamento dos preços.

Não bastasse essa combinação, a crise hídrica também passou a ameaçar o controle da inflação. É que a escassez de chuva eleva os custos de geração de energia elétrica. O reflexo é a conta de luz mais cara nos lares dos brasileiros.

Além de pesar no orçamento das famílias, a alta nas tarifas de energia eleva os custos de operação de empresas, que podem repassar parte do impacto para os produtos finais. A situação ocorre no momento em que o consumo é desafiado pelo desemprego em nível recorde no Brasil.

A variação mensal do IPCA ficou abaixo das projeções do mercado em junho, mas o indicador tende a acelerar novamente na largada do segundo semestre, projetam analistas.

É que, nesta semana, a Petrobras já confirmou aumentos em gasolina, óleo diesel e gás de cozinha. Além disso, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) promoveu reajuste nas bandeiras tarifárias, válido a partir de julho.

Outra ameaça aos preços vem da recente escalada do dólar. Nesta quinta (8), a moeda americana chegou a encostar em R\$ 5,31 (leia abaixo).

"Houve um alívio no IPCA em junho, mas isso deve evaporar ali na frente. Vale lembrar que o câmbio bateu R\$ 5,30. Se o real continuar perdendo força, vai reforçar uma percepção pior para a **inflação**", diz André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos.

Diante do quadro, analistas têm revisado projeções para o acumulado ao fim de 2021. A estimativa do Itaú Unibanco, por exemplo, passou de 5,6% para 6,1%, acima do teto da meta.

Júlia Passabom, economista do Itaú Unibanco, diz que a conta de luz e os combustíveis mais caros tendem a pressionar o resultado de julho. Segundo ela, o IPCA deve variar na faixa de 0,80% neste mês.

Entretanto, ao longo do semestre, há possibilidade de trégua nos preços de commodities, coma normalização de cadeias produtivas, aponta a analista. Assim, o IPCA perderia força no acumulado do ano, mas sem retornar para o intervalo dentro da meta.

"Agente vê uma **inflação** de curto prazo pressionada. Teve reajustes na Petrobras, a Aneel definiu novo patamar nas contas de energia. Isso vai bater em julho", afirma.

Conforme a edição mais recente do boletim Focus, divulgada pelo BC na segunda-feira (5), analistas do mercado financeiro projetam IPCA de 6,07% ao final de 2021. A previsão da semana anterior era de 5,97%. Foi a 13a alta seguida.

A **inflação** acima da meta acaba pressionando o BC, que aumentou a taxa básica de juros, a Selic. Em junho, o Copom confirmou elevação de 0,75 ponto percentual na Selic.

Assim, a taxa alcançou 4,25% ao ano. Em junho, o comitê também sinalizou nova alta de no mínimo 0,75 ponto percentual em seu próximo encontro, em agosto.

Segundo o Focus, o mercado aposta na Selic em 6,5% ao fim de 2021.

Perfeito, da Necton prevê alta de um ponto percentual na Selic já na próxima reunião do Copom. Ou seja, o comitê aceleraria o aperto monetário para tentar frear a **inflação**.

"O que pode levar a um aumento de 1 ponto

percentual, e não de 0,75, é as expectativas de **inflação** continuarem sendo revisadas para cima, tanto para 2021 quanto para 2022" afirma Camila Abdelmalack, economista-chefe na Veedha Investimentos.

"Um dos focos agora é a questão da taxa de câmbio. Como o cenário político piorou, traz uma pressão no dólar!"

Ao mesmo tempo que busca frear o aumento de preços, a alta na Selic encarece empréstimos para empresas e consumidores. É que a taxa serve como referência para linhas de crédito oferecidas no país.

**Inflação** eleva teto de gastos em R\$ 124 bi em ano eleitoral

Thiago Resende

Em ano eleitoral, o teto de despesas do Orçamento federal terá o maior aumento desde que o limite de gastos começou a valer.

Por causa da **inflação** acelerada, o valor calculado para controlar as despesas será ampliado em R\$ 124 bilhões no próximo ano, atingindo a marca de R\$ 1,610 trilhão.

O cálculo considera o limite em vigor neste ano (R\$ 1,485 trilhão) e a **inflação** (IPCA) acumulada nos últimos 12 meses até junho (8,35%).

Divulgada oficialmente nesta quinta (8), a **inflação** ficou acima do que o governo previu. No projeto de LDO (lei que dá as diretrizes para o Orçamento) de 2022, o Ministério da Economia estimou que o teto seria corrigido em 7,14%. Esse era o índice esperado para o IPCA acumulado no período de julho de 2020 a junho de 2021. Isso representaria um aumento de R\$ 106,1 bilhões no teto para o próximo ano.

O teto de gastos foi criado em 2016, durante o governo do ex-presidente Michel **Temer** (MDB), e impede que as despesas públicas cresçam acima da **inflação**.

Como a **inflação** acelerou além do esperado pelo governo, o espaço para gastar deve ser reestimado, alcançando o patamar de R\$ 1,610 trilhão.

Essa ampliação do limite de despesas deve significar um alívio para as contas do governo em ano de campanha eleitoral. Mas o impacto disso depende do comportamento da **inflação** na segunda metade de 2021.

Enquanto o teto é corrigido pela **inflação** de 12 meses

até julho (de junho do ano anterior até julho do ano corrente), despesas altas para o governo, como aposentadorias, pensões e benefícios sociais, são reajustadas no fim do ano, considerando a **inflação** de janeiro a dezembro.

"O aumento no teto é um alívio se, e somente se, a **inflação** [em 12 meses] até dezembro for menor que a divulgada hoje [quinta]" disse Daniel Couri, diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado).

Nas projeções da IFI, a **inflação** entre janeiro e dezembro de 2021 deverá ficarem torno de 5,7%. Se confirmada essa estimativa, haverá um descompasso - entre a correção do teto de despesas e o reajuste menor de despesas obrigatórias, como aposentadorias- que beneficia o governo.

Com um aumento mais leve nos gastos obrigatórios, haveria uma folga no teto de gastos da ordem de R\$47 bilhões ou R\$ 48 bilhões, nas contas do órgão ligado ao Senado.

O governo tem cálculos mais conservadores. Até a semana passada, projeção do Ministério da Economia apontava que, após reajustar o teto de gastos no ano que vem e comprometer a maior parte dessa margem com despesas obrigatórias, o governo ainda terá um espaço de R\$ 25 bilhões para gastar livremente em 2022.

O ministro Paulo Guedes (Economia) tem sido pressionado por diversos setores interessados nesse espaço do Orçamento.

A ala política do governo quer turbinar e reformular o Bolsa Família, numa jogada para levantar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro.

Há pressão de **servidores públicos** por reajuste, além de pedidos de mais verba para obras. Todas essas medidas têm impacto emano eleitoral.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

83

## Não à reforma de Paulo Guedes (2)

**Sandro Mabel**

É indiscutível que o sistema tributário nacional é obsoleto, cheio de puxadinhos e atrapalha a competitividade do País. Com a crise da pandemia da Covid-19, as distorções agravaram-se e tornou-se inadiável uma profunda **reforma tributária**, sobretudo para simplificar a complexa teia de **impostos**, desonerar o setor produtivo e, acima de tudo, reduzir a carga tributária de 33% do **PIB**, hoje uma das mais altas e injustas do mundo.

O Brasil discute a formatação de um novo sistema tributário há mais de 30 anos. Quando fui deputado federal, tive a oportunidade de ser relator de um projeto de **reforma tributária**, mas a falta de consenso em relação a itens fundamentais, como a diminuição de **impostos** e competências entre a União, Estados e municípios, inviabilizou sua tramitação, o que acabou também acontecendo com tantas outras propostas que surgiram no Congresso Nacional nas últimas décadas.

Agora, a matéria entra de novo em pauta em Brasília e nós, representantes das entidades empresariais, apoiamos de pronto a retomada do tema. Por meio do manifesto "Pela **Reforma Tributária** Ampla", a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e outras 44 entidades e associações setoriais posicionaram-se publicamente a favor de um modelo que prevê a criação do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) de amplitude nacional para substituir o ICMS, ISS, IPI e PIS/Cofins.

Em nosso entendimento, esse modelo promoveria a competitividade da economia, tornando o sistema tributário nacional enxuto, eficiente e alinhado às melhores práticas de tributação em escala internacional. Isso, segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas, teria o condão de promover ao mesmo tempo a desconstrução positiva do emaranhado de **impostos** e um salto significativo no **PIB** de até 20%, aumentando a renda dos cidadãos e reduzindo drasticamente as desigualdades sociais.

Ocorre, contudo, que o governo federal entrou em campo para puxar a sardinha para sua brasa a fim de evitar uma suposta perda de receitas. Em função disso, complicou quando deveria descomplicar o jogo ao impor o fatiamento da **reforma tributária**, prejudicando Estados e municípios e propondo uma esdrúxula taxação dos dividendos das empresas, punindo-as e afugentando novos investimentos no

País.

Com o dedo do ministro Paulo Guedes, da Economia, a **reforma tributária** será pífia, não produzirá os efeitos esperados na competitividade das empresas e atrasará ainda mais a economia no contexto mundial. A hora exige que os deputados federais e senadores ouçam o setor produtivo e posicionem-se com patriotismo diante do desafio da **reforma tributária**. Do contrário, mais uma vez vamos jogar na lata de lixo a oportunidade histórica de atrair novos investimentos, gerar empregos e fazer a roda economia girar com força no Brasil.

Sandro Mabel

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg)edos Conselhos Regionais do Sesi e Senai

**Sítio:** <https://www.opopular.com.br/digital/09-julho-2021/1o-caderno>

## Reforma Tributária de 1988 (2)

**Rogério Gallo é procurador e secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso**

Estamos discorrendo sobre as duas grandes reformas tributárias ocorridas nos últimos 50 anos. No artigo anterior, falamos da reforma ocorrida em 1965 e 1966, que aumentou a carga tributária de 17,3% para 22,31% no período de 3 anos, para financiar o déficit do Tesouro Nacional em razão da política de estímulo à industrialização patrocinada pelo governo federal nos anos 40 e 50.

A despesa do Tesouro Nacional saltou de 8% do **PIB** nos anos 40 para 13% no início dos anos 60.

É relevante situar o contexto em que ocorreu a segunda grande **reforma tributária**, materializada pela Constituição Federal de 1988.

No período posterior a 1966, o governo central impôs um protagonismo na condução da política estatal de incentivo ao crescimento econômico, limitando os Estados, por exemplo, de conceder benefícios fiscais do recémcriado ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias, que tinha alíquota única para todas as mercadorias.

Em contrapartida, a União concedia incentivos fiscais em larga escala com os seus **tributos**, como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Mas ainda faltava também, para completar a centralização das decisões de natureza econômica, reduzir o protagonismo dos Estados também na despesa pública. E assim ocorreu com a edição do Ato Complementar nº 40, de 1968, pelo presidente da República, que reduziu em 50% os repasses do IR e do IPI para o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios.

Essa centralidade permitiu o controle total da política econômica, que produziu, na segunda metade da década de 60, o chamado Milagre Econômico, que ensejou crescimento de 10% ao ano sustentado, em parte, à custa do aumento da carga tributária, que partiu de 17,3% em 1964 para próximo de 27% do **PIB** no ano de 1983.

Havia, portanto, na constituinte de 1988, um forte sentimento político para assegurar mais autonomia aos estados e municípios, com maior autonomia em seus **tributos** e maior participação nas receitas

arrecadadas pelo governo central.

Isso, de fato, ocorreu naquele momento.

Os Estados passaram a ter autonomia para fixar alíquotas distintas para as mercadorias e também para conceder incentivos fiscais no ICMS, o que permitiu aos estados criarem atrativos para o desenvolvimento das suas vocações. Mato Grosso, por exemplo, criou o Programa de Incentivo ao Algodão (PROALMAT) em 1997, quando praticamente inexistia essa cultura no Estado. Hoje, somos os maiores produtores do Brasil. Posteriormente, foi criado também o Programa de Desenvolvimento Industrial, que permitiu a instalação, no Estado, de frigoríficos, esmagadoras de soja, usinas de etanol etc.

Embora alvo de críticas de economistas que enxergam nesses atrativos tributários uma má-alocação dos investimentos, é evidente que a Constituição Federal de 1988 propiciou uma forte descentralização dos investimentos privados por todo o país, gerando emprego mais qualificados para habitantes dos chamados Estados ainda em desenvolvimento. De ruim nesse ponto, a guerra fiscal entre os Estados.

Portanto, além da guerra fiscal, outra disfunção do sistema tributário de 1988 é a sua insuficiência para custear as políticas públicas elevadas a status de direito constitucional de responsabilidade comum dos entes federados, o que provocou sucessivos déficits nos orçamentos públicos, motivou a criação de novas espécies tributárias pela União, aumento de carga tributária e o sentimento vivo de que desde 1988, por mais paradoxal que seja, é necessária uma ampla reforma do sistema tributário que não aumente carga tributária, facilite a vida do contribuinte e favoreça o crescimento do país.

**Site:**

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10601>

# Receita de ICMS aumenta 14,3% no País

Brasília - Entre janeiro e maio de 2021, o Brasil arrecadou R\$ 280,24 bilhões com **tributos** estaduais. Só de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), foram arrecadados R\$ 227,68 bilhões, 14,3% a mais que no mesmo período de 2020. Em Rondônia, foram coletados R\$ 2,09 bilhões com ICMS nos primeiros cinco meses deste ano - valor 30,6% maior do que no ano passado. Os números são do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Mesmo com o aumento na arrecadação, o senador Confúcio Moura (MDB-RO) ressalta a necessidade de o Brasil fazer a **reforma tributária**, tão reclamada pelos empresários do País. "É necessária a **reforma tributária**. O empresariado carrega uma carga nas costas muito pesada, dificultando a sua concorrência internacional. É uma perda de tempo enorme; é um desgaste com contadores e advogados tributaristas. E com isso, (a falta dessa) reforma inibe o Brasil de um crescimento e o torna um país pesado para os negócios", comenta.

O senador afirma que os custos tributários no Brasil são muito altos para pouco retorno em serviços públicos. "O que se reclama é que pagamos um alto imposto e não temos serviço de educação, saúde, segurança pública e outros elementos e direitos sociais essenciais para o cidadão. Mantendo 83% de

carga tributária e oferecendo bons serviços, o povo não vai reclamar", avalia.

O atual sistema tributário brasileiro é um dos responsáveis pela baixa competitividade do País, pelo quadro de estagnação da economia e perda da posição relativa da indústria no Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o **PIB** industrial de Rondônia é de R\$ 7,1 bilhões, equivalente a 0,5% da indústria nacional. O setor emprega 50.156 trabalhadores.

"Infelizmente a Indústria Nacional foi atropelada por uma concorrência fortíssima do mercado internacional, particularmente da China. Pagando uma carga tributária anormal como essa, além da dificuldade

da compra de modernização dos equipamentos industriais, dos meios de produção mais pesados, caros e difíceis, do impostômetro muito elevado, não dava para a Indústria Nacional concorrer", comenta o senador Confúcio Moura.

"Com essa reforma vindo, dará condição para o empresariado brasileiro fazer investimentos nas suas indústrias, exportar e concorrer com igual nível com os outros países", acrescenta.

Diante disso, o professor de direito tributário do Ibmec Brasília, Thiago Sorrentino, acredita que somente uma **reforma tributária** ampla, com inclusão de **impostos** cobrados pela União, estados e municípios, será capaz de colocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento, com geração

de emprego e renda.

"A **reforma tributária** tem que ser ampla. Não adianta fazê-la de forma pontual, nem fatiada. O Brasil é um dos países que têm a maior carga para se obedecer à **legislação tributária**. Não me refiro nem ao custo do tributo em si, mas ao custo para se saber como pagar corretamente esse tributo. Ele é muito alto e chega à casa de 1.500 horas por ano para uma empresa média", considera.

Vantagens - Dados que englobam pesquisas de profissionais renomados, que fazem parte de instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a LCA Consultores e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), apontam que a **reforma tributária** ampla pode aumentar em até 20% o ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil nos próximos 15 anos.

Esse resultado será consequência de ganhos de competitividade da produção nacional em relação aos competidores externos e da melhor alocação dos recursos produtivos.

De acordo com o Ipea, por exemplo, com as alterações na forma de se cobrar **impostos** no Brasil, a pressão dos **tributos** poderá sofrer uma queda para o cidadão de menor renda, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais. (Brasil 61)

# Mudança no IR pode elevar em 135% tributo de empresas, diz estudo

**Douglas Gavras** são paulo

As mudanças no Imposto de Renda defendidas pelo governo têm provocado uma série de críticas por parte de empresários, tributaristas e agentes financeiros, que veem na proposta uma tentativa de aumentar a arrecadação pesando a carga sobre as empresas.

Segundo cálculos do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), as mudanças propostas pelo governo poderiam aumentar a carga paga pelas médias e grandes empresas em até 71,5%, ao considerar o lucro real. Para empresas com lucro presumido, esse aumento chegaria a quase 135%.

Pela proposta do governo, haverá redução do IR de empresas em 2,5 pontos percentuais por dois anos, ao mesmo tempo que será colocada a taxa de 20% em lucros e dividendos.

A regra prevê isenção de IR sobre lucros e dividendos até o limite de R\$ 20 mil por mês, o que beneficiaria empresas de menor porte.

Para os cálculos, foram considerados o IR atual, de 15%, que seria reduzido para 12,5% no ano que vem e 10% no ano seguinte, além do adicional de 10% para lucros acima de R\$ 20 mil por mês e 9% de CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), afirma o IBPT.

Para a simulação com lucro real e sem juros sobre capital próprio (para médias empresas), considerou-se uma empresa com faturamento de R\$ 1 milhão e custos e despesas de R\$ 900 mil -logo, com lucro antes do IRPJ (Imposto de Renda para Pessoa Jurídica) de R\$ 100 mil.

Antes da reforma, ela pagaria R\$ 28 mil no total **tributos** e passará a pagar R\$ 40,4 mil no ano que vem e R\$ 38,4 mil em 2023 (aumentos de 44,29% e 37,14%, respectivamente), sendo cobrados R\$ 14,9 mil de IR sobre distribuição de lucros em 2022 e R\$ 15,4 mil no ano seguinte.

"É uma proposta cheia de pegadinhas, que aumenta a carga sem contrapartida e joga pacotes tributários dizendo que está gerando benefícios", diz Gilberto Luiz do Amaral, do IBPT.

Em sua avaliação, o governo se equivoca ao propor a taxa de lucros e dividendos nos termos do texto da reforma. "Ao se comparar com a cobrança de lucros e dividendos que existia formalmente até 1995, o governo não diz que a carga aumentou e que qualquer empresário trocaria a carga atual pela de antes."

No caso de uma empresa com o mesmo faturamento e também com apuração trimestral, só que com lucro real e juros sobre o capital próprio (geralmente as grandes empresas), foi feita uma simulação com despesas de R\$ 700 mil. Hoje, os **tributos** somam R\$87.450; com a mudança, somariam R\$ 149,9 mil em 2022 (+71,5%) e R\$ 144,7 mil em 2023 (+65,4%).

"Quando olhamos o texto, vimos que o objetivo era aumentar a arrecadação e jogar a opinião pública contra os empresários. Paulo Guedes se diz um ministro liberal, mas nem a esquerda quando estava no poder teve coragem de mandar um pacote desses", afirma Amaral.

Para as empresas da indústria e do comércio que utilizam o lucro presumido (geralmente as de pequeno a médio porte), com o mesmo faturamento e despesas de R\$ 800 mil, o total de **tributos** pagos hoje seria de R\$ 24,8 mil. No ano que vem, esse valor saltaria para R\$ 58.240 (+134,84%), e, no ano seguinte, para R\$56.640 (+128,39%).

Quando se considera uma empresa de lucro presumido do setor de serviços, para o mesmo faturamento e despesas de R\$ 600 mil, o total de **tributos** passaria dos atuais R\$ 102.800 para R\$ 155.840 (+51,6%) e R\$ 149-440 (45,37%) em 2022 e 2023, respectivamente, já sendo considerado o Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros proposta pela reforma.

A proposta apresentada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, enfrenta ampla resistência dos empresários e do mercado financeiro. Na quarta-feira (7), um grupo formado por 120 entidades empresariais enviou carta ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com críticas à reforma do IR.

Elas também pediram mais tempo para debater a proposta do governo e que seja criada uma comissão especial para analisar o projeto.

Assinaram o documento a Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), a Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), a Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), entre outras entidades.

No mesmo dia, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, disse em entrevista que a reforma do governo conseguiu desagradar a todos os setores.

"Na nossa simulação, o imposto sobre dividendos pode representar R\$ 47 bilhões em arrecadação. Consideramos que a reforma não deve ser feita quando há escassez de recursos. A proposta da sociedade organizada era promover uma reforma administrativa primeiro, para reduzir gastos."

"O projeto talvez venha a assinalar um fim de linha para a encarnação liberal do ministro Guedes", diz relatório da Rio Bravo.

"As ideias de tributar dividendos e de aperfeiçoar a tributação no mercado de capitais acabaram entrando no pacote pela porta errada, com vistas a fechar a conta da bondade concedida no reajuste da tabela progressiva."

"Não seria um problema se tivéssemos no país o retorno desses **tributos** e um ambiente seguro para se empreender, mas nas condições atuais é praticamente jogar contra o empreendedorismo brasileiro", diz Richard Domingos, diretor da consultoria Confirp.

Nesta quinta, em almoço com Guedes, empresários disseram ao ministro que a reforma do IR afasta investidores (leia à pág. A17).

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

83

## Ouvindo o paciente (2)

**Nelson Barbosa** Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

Frequentemente o debate econômico parece confuso porque só economistas falam

No século passado, a grande economista Joan Robinson disse que o estudo de "economia sempre foi em parte um veículo para a ideologia dominante da época, bem como em parte um método de investigação científica".

Em outras palavras, poder econômico influencia o debate econômico, mas curiosidade, método de pesquisa e a evolução natural da sociedade tornam algumas questões inevitáveis, mesmo que elas contrariem os interesses da classe dominante de cada época.

Adaptando a reflexão de Robinson aos tempos atuais, acrescento que nós, economistas, muitas vezes ficamos imersos em nossas teorias e opiniões, sem ouvir adequadamente o "paciente", isto é, sem prestar atenção ao que a sociedade diz ser prioridade, mesmo que a mensagem venha com ruídos.

Como exemplo do ponto acima, relembro cinco temas recorrentes nos últimos 20 anos, independentemente da preferência teórica e política dos economistas ou da orientação do governo da ocasião.

Primeiro, a pobreza deve ser combatida com amplo programa de transferência de renda. Isso foi enfatizado por governos de esquerda no passado, mas mesmo um governo de extrema direita como o atual se rendeu à mensagem do "paciente", adotando e prorrogando o auxílio emergencial contra a Covid e mudando de opinião sobre o programa Bolsa Família, que agora é o carro-chefe da agenda de política econômica em 2022.

Segundo, é preciso reduzir desigualdades baseadas em injustiças, sobretudo no sistema tributário, no qual os muito ricos pagam relativamente bem menos **impostos** do que a classe média e os mais pobres.

O assunto não é novo, mas, diante do tamanho dos absurdos, até um governo de orientação neoliberal como o atual se rendeu ao fato de que é preciso tributar mais o "andar de cima", rasgando o evangelho segundo Friedman.

Terceiro, o governo precisa ter plano de investimento e desenvolvimento, do contrário a economia patina e alguém faz o plano que o governo se recusa a fazer, não necessariamente da melhor forma.

Como exemplo dessa mensagem do "paciente", temos o aumento do "orçamento paralelo" de emendas parlamentares e os "jabutis" colocados na privatização da Eletrobras. Nos dois casos o Legislativo ocupou o espaço de planejamento e coordenação deixado pelo Executivo, mostrando que o país quer e precisa de mais investimento.

Quarto, voltando à desigualdade, agora do lado da despesa, a remuneração de algumas castas do serviço público gera demanda por reforma administrativa para diminuir absurdos, especialmente no Poder Judiciário e nas Forças Armadas, mesmo que seja só para a frente, como é a tradição secular no Brasil de "privilégios adquiridos" (vide a questão das filhas solteiras de militares).

Sejam quais forem a orientação do governo e a preferência política da equipe econômica, a necessidade de mudança em carreiras e remuneração no setor público sempre reaparece.

Quinto, empresa estatal não é vaca sagrada nem praga a ser extinta. A sociedade se interessa mais pelo resultado da atividade do que pela forma na qual a atividade é feita. Em alguns setores estatais, são necessárias, do contrário o serviço não será prestado com a cobertura desejada pela população e o preço adequado ao risco e à rentabilidade do negócio. Em outros setores, a atividade pode ser feita pelo mercado, sob regulação do governo. Desde os anos 1990, houve concessão ou privatização em todos os mandatos presidenciais.

Frequentemente o debate econômico parece confuso porque só economistas falam. Se focarmos o que o paciente fala, a direção fica mais clara.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49583>

# Discussão sobre imposto global mistura esperança e ceticismo (3)

Ministros da economia e presidentes de bancos centrais do G20, grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo, debatem hoje e amanhã em Veneza (ou remotamente) temas como revolução digital, produtividade e ajuda aos países mais pobres em tempos de pandemia. Um dos assuntos mais relevantes é o acordo que prevê a criação de um imposto mínimo global para empresas multinacionais. Entre os principais alvos estão as gigantes do setor de tecnologia, como Apple, Google e Facebook.

O objetivo dessa espécie de **reforma tributária** global, proposta pelos americanos, é bloquear o caminho usado por multinacionais para tentar pagar menos **impostos**, a proverbial "engenharia tributária". Com isso, espera-se que as grandes empresas mantenham menos operações fora de seus países de origem e tragam de volta os empregos que foram embora com a globalização. Outro benefício seria coibir o uso dos paraísos fiscais e dar mais transparência aos investimentos globais. Essa é a teoria.

Na prática, a iniciativa partiu dos países mais ricos, o G7. Aquilo que parecia impensável poucos anos atrás aconteceu em junho: eles selaram um acordo sobre o local de tributação de lucros. Deixaria de ser onde as empresas têm sede - muitas vezes paraísos fiscais ou países com alíquotas baixas - e passaria para o local de venda. Na eventualidade de uma multinacional continuar desviando parte dos lucros para pagar menos **impostos**, seu país de origem poderá cobrar a diferença até alcançar um patamar mínimo de 15% (seria um piso global para os **impostos** sobre o lucro, hoje de 34% no Brasil). No início do mês, 130 países - entre eles, Brasil, China, Índia e Rússia - assinaram um acordo preliminar similar.

A expectativa é que as negociações sejam finalizadas até o final do ano e que as regras sejam aplicadas a partir de 2023. Em entrevista ao jornal Valor Econômico, Pascal Saint-Amans, diretor do Centro para Política Fiscal e Administração da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), disse que o Brasil poderá arrecadar entre US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões a mais por ano.

Mas será que um acordo tributário global dessa natureza tem mesmo chance de prosperar? Uma sondagem da Universidade de Chicago ouviu 75 dos maiores economistas do mundo sobre a medida, entre

eles o Nobel Angus Deaton, da Universidade de Princeton, Daron Acemoglu e David Autor, do MIT, Barry Eichengreen, da Universidade da Califórnia, o brasileiro José Scheinkman, de Columbia, e Olivier Blanchard, ex-FMI atualmente no Peterson Institute. Para 94%, a criação de um piso global para o imposto seria eficaz para limitar os benefícios de buscar países com alíquotas menores. A maioria também diz que a medida é factível.

Porém 25% dos europeus e 45% dos americanos têm dúvidas ou acham que não dará certo. Kenneth Judd, da Universidade Stanford, resume a preocupação central sobre o imposto global: "Espero que possa ser alcançado, mas é sempre preciso manter o ceticismo sobre a capacidade de os processos políticos resultarem em decisões racionais".

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Tensão política e delta levam dólar a R\$ 5,31, e BC intervém

**Júlia Moura** são paulo

O mercado financeiro no Brasil passa por uma reviravolta neste início de julho. A CPI da Covid, a reforma do Imposto de Renda as pressões inflacionárias e o aumento do risco global com a disseminação da variante delta do coronavírus e com mudanças em políticas monetárias deixaram os ganhos do real e da Bolsa em junho para trás.

O otimismo em torno de dados econômicos melhores, que levaram o dólar a R\$ 4,905 e a um recorde do Ibovespa aos 130.776 pontos no mês passado, deram lugar à aversão a risco. Julho já opera com o dólar tocando os R\$ 5,31 no pregão e com o Ibovespa a 125 mil pontos.

Até o momento, o real é a moeda que mais se desvaloriza no mês, depois de ter sido a segunda que mais ganhou valor ante o dólar em junho.

Segundo analistas, a evolução da CPI tem elevado o risco político, o que acarreta um cenário mais desafiador para a economia, já ameaçada pela alta nos preços da conta de luz e dos combustíveis, elevando previsões para a **inflação**.

Nesta quinta-feira (8), o IBGE informou que, puxado pela energia elétrica, o IPCA teve variação de 0,53% em junho, abaixo do esperado pelo mercado. Analistas consultados pela Bloomberg projetavam alta de 0,59%.

Mesmo com a desaceleração em junho, o IPCA chegou a 8,35% no acumulado de 12 meses, ampliando a distância em relação ao teto da meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central, de 5,25%.

O mercado espera uma nova aceleração nos próximos meses dado os reajustes de combustíveis e energia elétrica, devido à crise hídrica.

Na oitava alta seguida, o dólar subiu 0,34%, para R\$5,2560, depois de ir a R\$ 5,3140 na máxima da sessão. A moeda americana perdeu força após intervenção do BC.

A autoridade fez o primeiro leilão de swaps cambiais tradicionais desde 12 de março, quando o dólar estava na casa de R\$ 5,55. Foram ofertados 10 mil contratos

(US\$ 500 milhões).

O swap permite a troca de taxas ou rentabilidade de ativos financeiros. No caso do swap cambial tradicional ofertado pelo BC, o título paga ao comprador a variação da taxa de câmbio acrescida de uma taxa de juros (cupom cambial). Em troca, o BC recebe a variação da taxa Selic.

O objetivo do BC ao recorrer a esse instrumento é evitar movimento disfuncional do mercado de câmbio, provendo "hedge" cambial -proteção contra variações excessivas da moeda norte-americana em relação ao real- e liquidez aos negócios. A colocação de contratos de swap tradicional pelo BC, portanto, funciona como injeção de dólares no mercado futuro de dólar.

Na semana, a moeda subiu 4% ante o real, a maior variação para o período desde março. No ano, há valorização de 1,35%. Desde a mínima de R\$ 4,905, a moeda acumula alta de 7%.

Além do ruído doméstico, no exterior investidores também estão mais receosos, dada a rápida disseminação da variante delta. A proibição de público nos Jogos de Tóquio devido ao aumento de casos no país e a decretação de novo estado de emergência na cidade nesta quinta corroboraram para o aumento da preocupação de investidores.

O Ibovespa chegou a cair 2,13%, mas fechou em queda de 1,25%, a 125.427,77 pontos. Na semana, caiu 1,72%, pior desempenho desde a última semana de fevereiro (-7%).

As ações preferenciais da Petrobras caíram 2% nesta quinta, em sessão de queda dos preços do petróleo.

Nos EUA, os índices S P 500 e Nasdaq cederam 0,86% e 0,72%, respectivamente, depois de renovarem a pontuação recorde na véspera. O Dow Jones recuou 0,75%.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

83

# Novo Bolsa Família terá R\$ 53 bi em 2022, 51% a mais que a versão atual

**GERALDA DOCAE JUSSARA SOARES**  
*economia@oglobo.com.br* **BRASÍLIA**

O novo programa social que Jair Bolsonaro pretende lançar em substituição ao Bolsa Família vai custar R\$ 53 bilhões em 2022, ano de eleições e no qual o presidente pretende concorrer a um segundo mandato.

A cifra será 51,4% maior que a reservada ao programa neste ano. Averba, segundo uma fonte do alto escalão do governo, será prevista na proposta de Orçamento para a União no próximo ano, que será encaminhada ao Congresso em agosto.

Na nova versão do Bolsa Família, o valor médio do benefício, que está em R\$ 189, deve ficar em torno de R\$ 270. Além da mudança nas faixas de valores, o governo pretende incluir cerca de três milhões de famílias, alcançando 17 milhões no total.

Bolsonaro pretende mudar o nome do programa, criado na gestão do ex-presidente Lula, para transformar o novo Bolsa Família em uma das principais vitrines da campanha à reeleição em 2022.

O projeto será enviado ao Congresso até agosto para começar a rodar em novembro, quando está prevista a saída de cena do pagamento do auxílio emergencial, que foi prorrogado até outubro.

Neste ano, o Ministério da Cidadania terá uma sobra de recursos devido à migração de parte dos beneficiários do Bolsa Família para o auxílio emergencial. O orçamento inicial para este ano foi de R\$ 35 bilhões.

## RECURSOS DA REFORMA DO IR

Para fechar os R\$ 53 bilhões necessários em 2022 será preciso cortar despesas e rever investimentos. Caso o projeto de reforma do Imposto de Renda seja aprovado, o tíquete médio do benefício poderá ultrapassar R\$ 300, estima o governo internamente.

A equipe econômica já sinalizou que pretende usar uma parte da arrecadação obtida com as mudanças nas regras, como taxaço de dividendos, por exemplo, para reforçar o programa social.

Na nova versão, vários programas sociais do governo

serão abrigados sob o guarda-chuva do novo Bolsa Família, como construção de cisternas, apoio à primeira infância, programa de aquisição de alimentos, qualificação, dentre outros.

A ideia é incluir portas de saída para que as pessoas possam se emancipar e não fiquem dependentes do programa, disse a fonte.

Será também uma forma de o governo tentar reduzir o mal-estar que a crise representa para os mais pobres, com a alta da **inflação** concentrada em alimentos e itens básicos e a queda da renda com o alto desemprego.

Quem conseguir emprego com carteira assinada não perderá o benefício. E, caso fique desempregado, também não terá que ir para o fim da fila.

Também fará parte do novo programa a concessão de microcrédito para famílias que moram nas áreas urbanas, crédito consignado, concessão de voucher para creche e outros serviços para mães com filhos pequenos, além de premiação em dinheiro para alunos que tiram boas notas e se destacam em atividades esportivas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Efeitos da pandemia são irreversíveis

Depois de encolher 6,8% em 2020, a economia latino-americana crescerá 5,2% em 2021. Mesmo assim, a expansão será insuficiente para reverter a crise econômica gerada pela pandemia de covid-19. A estimativa foi divulgada nesta quinta-feira (8) pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). No balanço anterior, de dezembro, o órgão previa crescimento de 3,7% para a região em 2021.

Apesar da melhoria das projeções, a Cepal adverte que a expansão não conseguirá compensar os efeitos da retração econômica provocada pela covid-19. "[...] os impactos sociais da crise e os problemas estruturais da região se agravaram e se prolongarão durante a fase de recuperação", alerta o relatório.

O documento pede a manutenção de políticas emergenciais de transferência de renda e o aprofundamento de políticas de proteção ao meio ambiente e de desenvolvimento sustentável. Para 2022, a Cepal prevê crescimento de 2,9% na América Latina e no Caribe.

Em relação ao Brasil, a estimativa de crescimento em 2021 passou de 3,2% para 4,5%. Ao considerar que o Produto Interno Bruto (**PIB**) encolheu 4,1% em 2020, a expansão deste ano significaria crescimento acumulado de 0,2% em 2020 e 2021. Para 2022, a Cepal estima crescimento de 2,3% para o Brasil. Para a Cepal, a situação do Brasil é menos ruim que a dos demais países da América Latina.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/37>

## Depois de grandes expectativas vem a frustração na reforma tributária (3)

**Reforma Tributária** tinha de tudo para reorganizar o País visando o crescimento econômico, porém, o texto apresentado pelo governo e defendido a unhas e dentes pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, é visto como oportuno para aumentar a carga tributária em favor de mais receita para o governo. depois de grandes expectativas vem a frustração. Acontece que todos aqueles que mais acreditavam na proposta, agora são os que desejam que a votação não aconteça, a não ser com ampla discussão e mudanças pontuais.

o setor industrial puxou uma ampla discussão com diversas instituições para reforçar a pressão contra a criação de novos **tributos** e novas taxações no imposto de Renda. o setor produtivo deve pagar mais **impostos** e a classe média terá mais taxaçoão no iRPF. isso é visto como oneração para as empresas e retenção de consumo à classe social emergente que mais consome no momento.

Além dos empresários e lideranças que representam a classe média, sete grandes partidos se manifestaram no sentido de não votar o texto do jeito que o governo pretende.

Querem debater mais e encontrar alternativas que sejam comuns para cumprir o objetivo inicial que seria de desonerar para o País crescer. A Federação das indústrias de são Paulo, que puxa o movimento nacional pelo amplo debate da **Reforma Tributária**, vem divulgando estudos que apontam a criação de mais **tributos** com o modelo de reforma defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

os industriais veem o momento desfavorável para votar a **Reforma Tributária**, uma vez que as contas públicas estão altas e o governo precisa arrecadar mais. desse forma, ao invés da reforma ter o objetivo de reorganizar a economia do País e diminuir o fardo tributário de quem produz, estaria servindo como instrumento em favor de mais arrecadação para o governo.

# A desmontagem do estado ou o estado mínimo - COLUNA DO EMBAIXADOR

**CESÁRIO MELANTÔNIO NETO**

Em razão de uma miopia ideológica e de interesses políticos de curto prazo, o Executivo federal insiste na desmontagem progressiva do Estado, adotando a teoria do Estado mínimo.

Assim tem sido durante a crise sanitária, marcada, desde o início, por uma preocupação reduzida com a vida das pessoas, mas crescente com os obstáculos que podem dificultar a reeleição.

Pouco importa dar prioridade à saúde, educação, meio-ambiente, segurança pública e alimentos visto que são considerados por Brasília temas irrelevantes diante da importância da reeleição e, por isso, relegados a segundo plano.

O desmantelamento de órgãos do Governo federal não é um acaso ou descuido, mas parte de um projeto deliberado de retirar o apoio do Estado dos mais desfavorecidos na sociedade brasileira.

Corrupção, prevaricação e favorecimentos indevidos constam no receituário desse projeto para alimentar em 2022 a campanha pela reeleição.

Cada vez mais acuado com as investigações, o Governo federal se encontra fragilizado interna e externamente com a suspeita de que teria feito vistas grossas às denúncias de negociação atípica na compra de vacinas da indiana Covaxin.

Os efeitos desastrosos da política ambiental com a desmontagem dos mecanismos de fiscalização resultaram no pedido de 29 grandes fundos de investimento, que administram 4,1 trilhões de dólares para que o Brasil pare com o desmatamento amazônico e no Pantanal.

Os gestores desses fundos acusaram o Brasil de usar a crise sanitária para pressionar pela desregulamentação ambiental.

O afrouxamento da fiscalização ambiental multiplicou os danos aumentando a falta de chuvas e a crise hídrica com um prejuízo de 5,7 bilhões de reais por ano até 2050.

O desmonte da Polícia Federal também se inscreve

nesse quadro de Estado mínimo com prejuízos evidentes para o combate à corrupção, prevaricação e favorecimentos ilegais.

Até o agronegócio acordou para os prejuízos causados pelo Estado mínimo e para uma política ambiental de relação entre custo e benefício negativa.

No momento em que a administração de Joe Biden retorna ao Estado de bem-estar social, o atual governo brasileiro caminha na direção oposta.

A política ambiental é prioridade nos Estados Unidos, Europa e China, mas o Governo Federal prefere a militarização do sistema ambiental ao sancionar a nova operação de garantia da lei e da ordem na Amazônia.

A primeira operação batizada de Verde Brasil terminou em abril último, consumindo, em duas fases, mais de 530 milhões de reais e apresentando poucos resultados. Essa quantia representa oito vezes o orçamento do Ibama para conter crimes ambientais em um ano inteiro e poderia permitir o contrato de cinco mil fiscais para o órgão que hoje possui apenas cerca de 500 fiscais.

Na teoria desse Estado mínimo se inclui não só a redução de atividades essenciais mas também a substituição progressiva de quadros civis por militares.

O uso das estruturas estatais para beneficiar financeiramente os militares que apoiam o governo está se intensificando com a aproximação das eleições de 2022. A desmontagem do aparelho estatal produz mais pobreza, mais criminalidade e desespero na população brasileira. Mas esse tipo de preocupação não existe para a atual administração em Brasília, insensível a temas de desigualdade e de justiça social.

O aumento da miséria, da fome, da **inflação** e do desemprego provoca um desalento crescente no país com o risco de racionamento de energia cuja conta será paga pela população e por diversos setores econômicos afetando o comércio, a indústria e a agricultura.

Mas essa situação não aflige os atuais donos do poder, que preferem concentrar todos os seus esforços com o dinheiro dos contribuintes nos planos

de reeleição.

"Assim tem sido durante a crise sanitária, marcada, desde o início, por uma preocupação reduzida com a vida das pessoas..."

**Site:** <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/9258/09-07-2021.html>